

VIVENDO A DIVERSIDADE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS DIAS ATUAIS

Leila Edinéia Arnhold Johner¹

RESUMO

A Educação inclusiva tem sido um caminho importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça uma proposta ao grupo como um todo ao mesmo tempo em que atenda às necessidades de cada um, principalmente àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação na sala de aula. Nessa perspectiva a função da educação inclusiva é de favorecer a aprendizagem, servindo de mediador entre a pessoa e o mundo, alicerçando o desenvolvimento. O presente trabalho parte de uma revisão bibliográfica onde objetiva-se descrever a educação nos dias atuais e seus caminhos. Perante este conclui-se que a educação inclusiva é indispensável nos dias atuais, devendo haver aprimoramento de todos os envolvidos e o emprego do incluir sem preconceito.

Palavras-chave: educação inclusiva; educador; educando.

1 INTRODUÇÃO

Desde a concepção, na maioria das vezes o futuro da criança já vem sendo planejado, a gestação, o parto, os primeiros dias de vida, tudo perfeito. Chegando o dia do nascimento, alguns recém-nascidos podem ser diferentes daqueles imaginados em sonhos, mas em alguns casos o bebê real é muito diferente do desejado. Quando uma criança nasce com uma deficiência começa para ela e para a sua família uma longa história.

Todas as pessoas que possuem diferenças não deveriam ser rotuladas, por não se enquadrarem dentro de um padrão de normalidade, que a própria sociedade estabelece.

Os hábitos, os costumes e valores presentes nas famílias, na comunidade a qual pertence, interferem na sua percepção de mundo e na sua inserção, como também os hábitos, os costumes e

¹ Enfermeira, Docente, Mestranda em Gestão Estratégica de Organizações. E-mail: leila_johner@hotmail.com.

valores dos profissionais que atuam junto a eles no ambiente escolar, precisam ser considerados, discutidos e organizados para a inclusão.

Na visão antropológica exige-se que levemos em conta o contexto de vida das pessoas, suas experiências, seus conhecimentos adquiridos, as características específicas dos professores e da escola como instituição, para acolher de forma humanizada e ampla, a quem dela necessitar usufruir.

A escola deve ser um local onde seja possível o crescimento mútuo de alunos e professores no processo de conscientização e aprendizagem, nela a educação inclusiva defende o desenvolvimento de uma consciência crítica e libertadora como meio de superação das contradições e das necessidades que o acomete.

A escola deve ser um espaço de construção, convívio social e troca de conhecimento. A pessoa com necessidades educacionais especiais poderá ter o seu projeto de vida concretizado, quando este ocorre em convívio, troca de conhecimento, estruturando-se com democracia e cidadania humanística, inclusiva.

A educação inclusiva é algo desafiador e os seus professores, docentes são a parte fundamental para que isto ocorra, assim sendo necessário a modernização, a atualização do sistema educacional e ações pedagógicas para que isto ocorra.

2 EDUCAÇÃO É INCLUSÃO

A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas é o primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado sempre que necessário.

Todavia são atendidas pessoas com universos e características diferentes sendo alunos com deficiência física, sensorial, mental, múltipla, dificuldade de aprendizagem, superdotados e os ditos “normais”, onde cada um possui suas particularidades, o docente deverá estimular a dignidade, promover o respeito e a ética, oportunizar espaço, oferecer criatividade e liberdade de expressão,

para que possa haver um desenvolvimento, uma educação correspondente ao esperado, na perspectiva do direito de toda a educação, ou seja, inclusão social.

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário, com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as pessoas, indiferente da faixa etária, sem distensão.

A noção de desenvolvimento está atrelada a um contínuo de evolução, ao longo de todo o ciclo vital. Essa evolução se dá em diversos campos da existência, tais como afetivo, cognitivo, social e motor.

Pela interação social, aprendemos e nos desenvolvemos, criamos novas formas de agir no mundo, ampliando nossas ferramentas de atuação neste contexto cultural complexo que nos recebeu, durante todo o ciclo vital. O esforço pela inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta para uma situação que perpetuava a segregação dessas pessoas e cercava o seu pleno desenvolvimento.

Até o início do século 21, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços: a escola regular e a escola especial - ou o aluno frequentava uma, ou a outra. Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem, oferecem a educação inclusiva.

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos, ocorre a inclusão, ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos e o aperfeiçoamento e a capacitação do educador.

No Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior); realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

O PNE considera público alvo da Educação especial na perspectiva da Educação inclusiva, educandos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades.

Quando o aluno apresentar necessidade específica, decorrente de suas características ou condições, poderá requerer, além dos princípios comuns da Educação na diversidade, recursos diferenciados identificados como necessidades educacionais especiais (NEE). O estudante poderá beneficiar-se dos apoios de caráter especializado, como o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, no caso da deficiência visual e auditiva; mediação para o desenvolvimento de estratégias de pensamento, no caso da deficiência intelectual; adaptações do material e do ambiente físico, no caso da deficiência física; estratégias diferenciadas para adaptação e regulação do comportamento, no caso do transtorno global; ampliação dos recursos educacionais e/ou aceleração de conteúdos para altas habilidades, conforme as suas necessidades relacionadas a deficiência.

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos (MENDES, 2012).

Em Vygotsky (1996), o desenvolvimento principalmente o psicológico/mental - depende da aprendizagem na medida em que se dá por processos de internalização de conceitos, que são promovidos pela aprendizagem social, principalmente aquela planejada no meio escolar.

Não é suficiente ter todo o aparato biológico da espécie para realizar uma tarefa se o indivíduo não participa de ambientes e práticas específicas que propiciem esta aprendizagem.

Não podemos pensar que a criança vai se desenvolver com o tempo, pois esta não tem, por si só, instrumentos para percorrer sozinha o caminho do desenvolvimento, que dependerá das suas aprendizagens mediante as experiências a que foi exposta, para este cenário surge a educação inclusiva.

Vygotsky (1996) descreve que, a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver problemas independentemente, e o nível de desenvolvimento proximal, demarcado pela capacidade de solucionar problemas com ajuda de um parceiro mais experiente. São as aprendizagens que ocorrem fazem com que a criança se desenvolva ainda e aprenda mais, esta definição conhecida com Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Trabalhar com a estimativa das potencialidades da criança que, para tornarem-se desenvolvimento efetivo, exigem que o processo de aprendizagem, que os mediadores e as ferramentas estejam distribuídas em um ambiente adequado (TESSARO, 2002).

Não focalizar o que a criança aprendeu, mas sim o que ela está aprendendo o caminho. A inclusão tem exigido propostas político pedagógicas inovadoras que estimulem as diferenças individuais e assegurem oportunidades iguais aos alunos.

Sua concepção instiga a educação a criar oportunidades para que a compensação social efetivamente se realize de modo planejado e objetivo, promovendo o processo de apropriação cultural por parte do educando com deficiência. A maior carência no atendimento das crianças com deficiência é um desconhecimento de suas capacidades e limites e de seus caminhos para a aprendizagem.

Se pensarmos em aprendizagem como um processo do indivíduo para a aquisição de competências e habilidades que torne possível e prazeroso seu funcionamento e interação com mundo ao seu redor, podemos dizer que os distúrbios ou problemas de aprendizagem ocorrem quando essa competência não é atingida.

Por isso as dificuldades de aprendizagem podem ser causadas por problemas físicos, por problemas neurológicos, por problemas afetivos emocionais ou por problemas pedagógicos.

As deficiências e nela a deficiência mental é frequente em qualquer sociedade do que qualquer outra deficiência. A Deficiência Intelectual, refere-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da pessoa como um todo.

Uma das características do sujeito com deficiência intelectual é a significativa limitação do funcionamento na área intelectual e o reconhecimento do atraso desta área, permite elaborar e desenvolver um trabalho que atenderá suas peculiaridades e limitações.

Quanto mais precoce for detectado o quadro da deficiência, maiores serão as possibilidades de a pessoa receber as ajudas e apoios necessários para a sua adaptação global de suas necessidades e dependências.

É necessário compreender como se processa este tempo, de como se dá o amadurecimento das estruturas cognitivas e de como elas poderão ser potencialmente trabalhadas.

É importante ressaltar a existência de dificuldades na apreensão de conceitos abstratos, bem como para generalizar e transferir os comportamentos e saberes adquiridos para novas situações.

Segundo Pinheiro (2006)

Alguns alunos com deficiência mental são capazes de assimilar os conteúdos curriculares referentes ao ensino fundamental, reúnem condições suficientes para adaptar-se socialmente através da atuação independente na comunidade e estão aptos a adquirir formação profissional que lhes garanta o sustento, total ou parcial, na vida adulta. Outros apresentam condições de desenvolver o domínio das habilidades linguísticas básicas, são competentes para obter sucesso no processo de aquisição de leitura e de escrita, e outros ainda, são capazes de cuidar de si próprios e para protegerem-se de perigos comuns e possuem condições para ajustarem-se e serem úteis, social, e economicamente, no lar e na comunidade, auxiliando em tarefas caseiras, trabalhando em ambientes especiais ou mesmo realizando atividades rotineiras, sob supervisão.

Faz-se necessário elaborar estratégias educacionais que atendam, de fato, à maneira de processar e construir suas estruturas cognitivas. Exemplos:

- A utilização constante de materiais concretos,
- Uso de jogos,
- Favorecimento de situações lúdicas,
- Criação de situações desafiantes,
- Incentivo à participação em atividades e eventos sociais, com a família e a comunidade.

A eficácia da aprendizagem, para o educando com deficiência, depende do desenvolvimento de estratégias cognitivas e metas cognitivas que possibilitem ao aluno:

- Planejar e monitorar o seu desempenho escolar;
- Regular suas ações, isto é, favorecer as tomadas de consciência dos processos que utiliza para aprender e a adoção de decisões apropriadas sobre as estratégias que devem ser utilizadas em cada tarefa;
- Auto avaliar seu desempenho, alterando estas estratégias quando não produzirem os resultados desejados.

É de suma importância a presença constante e efetiva do professor, uma vez que este deve ser um observador, orientador, mediador e avaliador na construção do conhecimento a ser elaborado pelo aluno. A aprendizagem dar-se-á na relação de troca e interação entre ambos, e não o professor como o detentor do saber e o aluno como um mero receptor (Paulo Freire, 1987).

É imprescindível que haja uma ampla e profunda compreensão de suas potencialidades e dificuldades. A avaliação, no contexto escolar, deverá envolver todos os profissionais da escola, que direta ou indiretamente atuam com o aluno, tendo como objetivo o estabelecimento de uma proposta pedagógica e implementação de atividades a serem desenvolvidas, durante o processo de

ensino e aprendizagem que estejam em consonância com as necessidades educacionais especiais do sujeito.

A avaliação deverá contemplar os elementos que intervêm no processo de ensino e aprendizagem, levando em conta o relacionamento do aluno com seu ambiente, sendo estes:

O contexto escolar (escola e sala de aula); Na perspectiva da Educação inclusiva, os apoios centrais reúnem os serviços da Educação especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). São esses os novos recursos que precisam ser incorporados à escola. O aluno tem direito de frequentar o AEE no período oposto às aulas. O sistema público tem organizado salas multifuncionais ou salas de apoio, na própria escola ou em instituições conveniadas, com o objetivo de oferecer recursos de acessibilidade e estratégias para eliminar as barreiras, favorecendo a plena participação social e o desenvolvimento da aprendizagem.

Art. 1º. Para a implementação do Decreto no 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; Art. 2º. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem; Parágrafo Único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na Educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (CNB/CNE, 2009).

O contexto familiar; compõe a rede de apoio como a instituição primeira e significativamente importante para a escolarização dos alunos. É a fonte de informações para o professor sobre as necessidades específicas da criança. É essencial que se estabeleça uma relação de confiança e cooperação entre a escola e a família, pois esse vínculo favorecerá o desenvolvimento da criança.

A Constituição de 1988 afirma que “a educação é direito de todos e dever do estado e da família”, devendo ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (art. 205). Para

uma inclusão efetiva é preciso: Parceria entre família, escola e instituição especializada; Apoio das instâncias públicas.

O processo de avaliação envolve as habilidades intelectivas, adaptativas, afetivo-emocionais, físicas e de saúde e as condições ambientais, visando determinar o nível e a intensidade dos apoios que se fizerem necessários para os alunos prosseguirem, com êxito, no processo educativo, de desenvolvimento e de aprendizagem. (BRASIL, 2005)

Piaget, afirma que a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a formação das estruturas cognitivas. O organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, perturbam-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio e se adaptar, e constrói novos esquemas.

Para atender uma proposta de avaliação, onde se considere o sujeito e seu ambiente, faz-se necessário considerar os seguintes objetivos (BRASIL, 2005):

- Conhecer para intervir, de modo preventivo, sobre as variáveis identificadas como barreiras para a aprendizagem e para a participação;
- Conhecer os procedimentos e instrumentos de avaliação, como subsídios à prática pedagógica;
- Contribuir para o desenvolvimento global do aluno e para o aprimoramento das instituições de ensino;
- Identificar potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e das condições da escola e da família;
- Identificar os elementos que intervêm no processo de ensino e aprendizagem e, quando necessário, rever as práticas pedagógicas.

Isto coloca o professor sob o liame de uma constante busca quanto ao aprimoramento das estratégias avaliativas, de modo que estas estejam sempre em consonância com as necessidades educacionais especiais, na busca de superação das barreiras, visando uma aprendizagem eficaz.

Para a realização da avaliação, do aluno com deficiência intelectual, sugere-se uma avaliação contínua, possibilitando o acompanhamento do processo acadêmico, mediante utilização de instrumentos estruturados, adaptados e diversificados, como produção grafa motores espontâneos entre outras.

É imprescindível que o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente. É necessário fazer com que o aluno seja impulsionado a ler, falar, contar, pensar, escrever, dançar, sintetizar.

Dessa maneira, as ações da criança sobre o meio: fazer coisas, brincar e resolver problemas podem produzir formas de conhecer e pensar mais complexas, combinando e criando novos esquemas, possibilitando novas formas de fazer, compreender e interpretar o mundo que a cerca.

Hoje, é indiscutível o benefício que traz, para qualquer criança, independentemente de sua condição física, intelectual ou emocional, um bom programa de educação infantil do nascimento aos seis anos de idade.

Efetivamente, esses programas têm por objetivos o cuidar, o desenvolvimento das possibilidades humanas, de habilidades, da promoção da aprendizagem, da autonomia moral, intelectual e, principalmente, valorizam as diferentes formas de comunicação e de expressão artística.

3 CONCLUSÃO

O movimento da educação inclusiva implica na transformação da sociedade e suas instituições para que reconheçam a diferença de todos e não de alguns e que acolha a todos nesta diferença. Então, os maiores desafios que encontramos em uma instituição como a escola ou em uma sociedade que não avançou no sentido da inclusão, é o de repensar as suas próprias regras, o próprio modo de atuar, suas práticas naturalmente excludentes, que consideram que as diferenças existem em alguns e não em todos.

Paulo Freire (1996, p. 59) “[...] o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”, ao refletirmos sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, está

considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005).

O verdadeiro papel da inclusão não é só o de modificar as relações, mas as organizações devem reconhecer o direito de todos de serem diferentes e não cuidar dos diferentes de forma à parte.

Respeitando essa diferença e encontrando formas adequadas para transmitir o conhecimento e avaliar o aproveitamento de cada aluno, teremos uma boa base de Educação Inclusiva (GIL, 2005).

É preciso considerar a deficiência como mais uma das muitas características diferentes que os alunos podem ter, ressaltando que é preciso conhecer as pessoas e enxergá-las como alguém com talentos e potencialidades, desejos e dificuldades, não com benemerência e caridade, mas propiciando oportunidades de acesso para conhecer, conviver, apoiar, ensinar, acreditar. É sabido que existem resistências, medos, inseguranças, inquietações frente ao desconhecido e ao diferente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**: orientações gerais e marcos legais. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação- PNE**. Brasília, 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a Educação Especial**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CARVALHO, M. P. R; DENARI, F. E, **Educação especial**: diversidade de olhares. São Carlos: Ed. Pedro & João, 2006.

GIL, D. M; FREITAS, S. N, Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, S. N. (Org). **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Santa Maria. Ed. UFSM, 2005.

MANTOAN, M. T. E. A hora e a vez da Educação Inclusiva. **Revista Educação e Família**, ed. 5, a. 1, n. 1, p. 42-45, 2005.

PERRENOUD, P. A prática reflexiva e o ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica. In: **Saber refletir sobre a própria prática**: objetivo central da formação de professores. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.

Pinheiro, M. L. S; BAUMEL, R. C. R. C (Org). **Educação especial, do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MENDES, M. P. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro. **Revista Integração**, a. 10, n. 22, 2012.

TESSARO, N.S, **Inclusão escolar**. A educação de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.